

TERRITORIALIDADE E ETNICIDADE EM CAMAPUTIUA:
resistências de um quilombo no Maranhão profundo

TERRITORIALITY AND ETHNICITY IN CAMAPUTIUA:
resistance from a quilombo in deep Maranhão

TERRITORIALIDAD Y ETNICIDAD EN CAMAPUTIUA:
resistencia de un quilombo en el profundo Maranhão

TERRITORIALITÉ ET ETHNICITÉ À CAMAPUTIUA:
résistance d'un quilombo dans le profond Maranhão

Nanashara Carneiro Oliveira Santos

Graduanda da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO); Universidade Federal do Maranhão; Maranhão, Brasil.

ncarneirooliveirasantos@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-9238-4904>

Viviane de Oliveira Barbosa

Docente da LIESAFRO e do PROFHISTÓRIA, na Universidade Federal do Maranhão; Docente da Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão; Maranhão, Brasil.

viviane.barbosa@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0002-3555-7461>

Recebido em: 02/04/2025

Aceito para publicação: 01/05/2025

Resumo

O presente relato de experiência resulta das atividades executadas no âmbito do “Protocolo de consulta e planos de proteção territorial de comunidades quilombolas no estado do Maranhão”, financiado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, e enfoca especificamente o território Camaputiua, composto por 28 comunidades, situadas no município de Cajari, na microrregião da Baixada Maranhense. O objetivo é analisar os elementos que compõem a territorialidade de Camaputiua e sua diversidade identitária, as práticas e modos de vida ligados à biodiversidade regional e o universo sociocultural ancestral do quilombo. A metodologia envolveu visitas de campo para a realização de oficinas e a aplicação de formulários para levantamento ocupacional. Constataram-se conflitos na região com criadores de bubalinos, devido ao cercamento elétrico dos igarapés e babaquais, que promove insegurança à população. Com efeito, descolonizar a percepção sobre as comunidades quilombolas é uma urgência política, histórica e sociocultural, na luta contra o racismo estrutural que marginaliza os povos tradicionais tentando silenciá-los. Não obstante as adversidades, os quilombos, a exemplo de Camaputiua, seguem formulando suas narrativas de resistência, erguendo suas vozes regidas pelos laços étnicos que perpetuam saberes, culturas e vivências ancestrais entranhadas no, desconhecido por muitos, Maranhão profundo.

Palavras-chave: Quilombo, Etnicidade, Conflitos, Resistência, Maranhão profundo.

Abstract

This experience report results from activities carried out within the scope of the “Consultation protocol and territorial protection plans for quilombola communities in the state of Maranhão”, financed by the Ministry of Human Rights and Citizenship in partnership with the Federal University of Maranhão. The territory of Camaputiua is made up of 28 communities, located in the municipality of Cajari, in the Baixada Maranhense microregion. The objective is to analyze the elements that make up the territoriality of Camaputiua and its identity diversity, the practices and ways of life linked to regional biodiversity and the ancestral sociocultural universe of the quilombo. The methodology involved field visits to carry out workshops and the application of forms for occupational surveys. Conflicts have been noted in the region with buffalo breeders, due to the electrical fencing of streams and babassu groves, which promotes insecurity for the population. Indeed, decolonizing the perception of quilombola communities is a sociocultural, political and historical urgency in the fight against structural racism that marginalizes traditional peoples and tries to silence them. Despite the adversities, the quilombos, like Camaputiua, continue to formulate their narratives of resistance, raising their voices governed by ethnic ties that perpetuate knowledge, cultures and ancestral experiences embedded in, unknown to many, deep Maranhão.

Keyword: Quilombo, Ethnicity, Conflicts, Resistance, Deep Maranhão.

Resumen

Este relato de experiencia es resultado de actividades realizadas en el ámbito del “Protocolo de consulta y planes territoriales de protección de las comunidades quilombolas del estado de Maranhão”, financiado por el Ministerio de Derechos Humanos y Ciudadanía en colaboración con la Universidad Federal de Maranhão. El territorio de Camaputiua está compuesto por 28 comunidades, ubicadas en el municipio de Cajari, en la microrregión Baixada Maranhense. El objetivo es analizar los elementos que componen la territorialidad de Camaputiua y su diversidad identitaria, las prácticas y modos de vida vinculados a la biodiversidad regional y el universo sociocultural ancestral del quilombo. La metodología implicó visitas de campo para la realización de talleres y la aplicación de formularios para encuestas ocupacionales. En la región se han notado conflictos con los criadores de búfalos, debido al cercado eléctrico de arroyos y bosques de babassú, lo que promueve la inseguridad de la población. De hecho, descolonizar la percepción de las comunidades quilombolas es una urgencia sociocultural, política e histórica en la lucha contra el racismo estructural que margina a los pueblos tradicionales y trata de silenciarlos. A pesar de las adversidades, los quilombos, como Camaputiua, continúan formulando sus narrativas de resistencia, alzando sus voces regidas por vínculos étnicos que perpetúan conocimientos, culturas y experiencias ancestrales incrustadas en el profundo Maranhão, desconocido para muchos.

Palavras-chave: Quilombo, Etnicidad, Conflictos, Resistencia, Maranhão profundo.

Résumé

Ce rapport d'expérience résulte des activités menées dans le cadre du « Protocole de consultation et plans de protection territoriale des communautés quilombolas de l'État du Maranhão », financé par le ministère des Droits de l'Homme et de la Citoyenneté en partenariat avec l'Université fédérale du Maranhão. Le territoire de Camaputiua est composé de 28 communautés, situées dans la commune de Cajari, dans la microrégion de Baixada Maranhense. L'objectif est d'analyser les éléments qui composent la territorialité de Camaputiua et sa diversité identitaire, les pratiques et modes de vie liés à la biodiversité régionale et à l'univers socioculturel ancestral du quilombo. La méthodologie impliquait des visites sur le terrain pour réaliser des ateliers et l'application de formulaires pour les enquêtes

professionnelles. Des conflits ont été constatés dans la région avec les éleveurs de buffles, en raison des clôtures électriques des ruisseaux et des bosquets de babassus, qui favorisent l'insécurité de la population. En effet, décoloniser la perception des communautés quilombolas est une urgence socioculturelle, politique et historique dans la lutte contre le racisme structurel qui marginalise les peuples traditionnels et tente de les réduire au silence. Malgré les adversités, les quilombos, comme Camaputua, continuent de formuler leurs récits de résistance, élevant leurs voix régies par des liens ethniques qui perpétuent les connaissances, les cultures et les expériences ancestrales ancrées, à l'insu de beaucoup, dans le profond Maranhão.

Mots-clés: Quilombo, ethnicité, conflits, résistance, Maranhão profond.

Introdução

O presente relato de experiência versa sobre a nossa participação na construção coletiva de “Protocolos de consulta e planos de proteção territorial em comunidades quilombolas e tradicionais em situação de ameaça no estado do Maranhão”, que objetiva visibilizar as demandas das comunidades a partir da elaboração do Protocolo de Consulta Prévia, o qual constitui uma ferramenta para a luta quilombola através do mapeamento detalhado e contextualizado sobre as diversas temáticas apontadas pelas comunidades, incluindo suas áreas de produção, lugares sagrados, áreas de lazer, recursos extrativistas, além de viabilizar o fortalecimento da história e memória dos quilombolas e de seu território, constituindo-se em elemento de resistência e luta das comunidades por seus direitos de reconhecimento, uso, ocupação e propriedade da terra e dos recursos naturais. O projeto, iniciado em 2024, é financiado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A Consulta prévia, livre e informada é um direito garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, legislação internacional que foi incorporada pela legislação brasileira a partir do ano de 2002 e regulamentada em 2004 pelo decreto nº 5.051. Essa iniciativa anseia preservar o modo de vida indígena e quilombola, em razão de suas práticas culturais específicas e sua autoafirmação enquanto identidade diferenciada. A consulta prévia tem por objetivo evitar agressões ao modo de vida das comunidades tradicionais, devendo ocorrer anteriormente a qualquer projeto ou iniciativa que venha a impactar seus modos de vida. Contudo, mesmo sendo um direito assegurado por legislação nacional e internacional, por diversas vezes, a consulta prévia não é respeitada por empreendimentos privados e mesmo por representantes do Estado brasileiro.

A metodologia envolveu reunião de apresentação da proposta do protocolo para a comunidade aliada à aplicação da análise SWOT (FOFA), uma estratégia para identificar as *forças, fraquezas, oportunidades e ameaças*, a partir da visão dos membros das comunidades. Foram realizadas oficinas com temas vitais para mapear as necessidades das comunidades e instruí-las sobre seus direitos legais e constitucionais. O local onde ocorreu esses encontros foi a Associação de Moradores de Camaputua, localizada na comunidade denominada Ilha de Camaputua.

Também foram realizadas visitas técnicas a dez comunidades do território, com o intuito de conhecer e compreender os limites territoriais, bem como aplicar um questionário semiestruturado para pesquisa de amostragem com três moradores de cada comunidade (30 questionários), buscando complementar e aprofundar elementos levantados pelos quilombolas nos encontros coletivos e fortalecer o engajamento e o comparecimento deles na realização do trabalho proposto. O período de atuação nas comunidades foi de sete meses, e a validade do protocolo é de 24 meses, acordado em assembleia pela comunidade. Todavia, pode ser feita uma revisão do protocolo em assembleia, na medida em que as comunidades forem identificando novas necessidades ou se outras comunidades quiserem a ele aderir. Segue abaixo o quadro contendo o cronograma das atividades realizadas:

Quadro 1- Atividades desenvolvidas durante a construção do protocolo

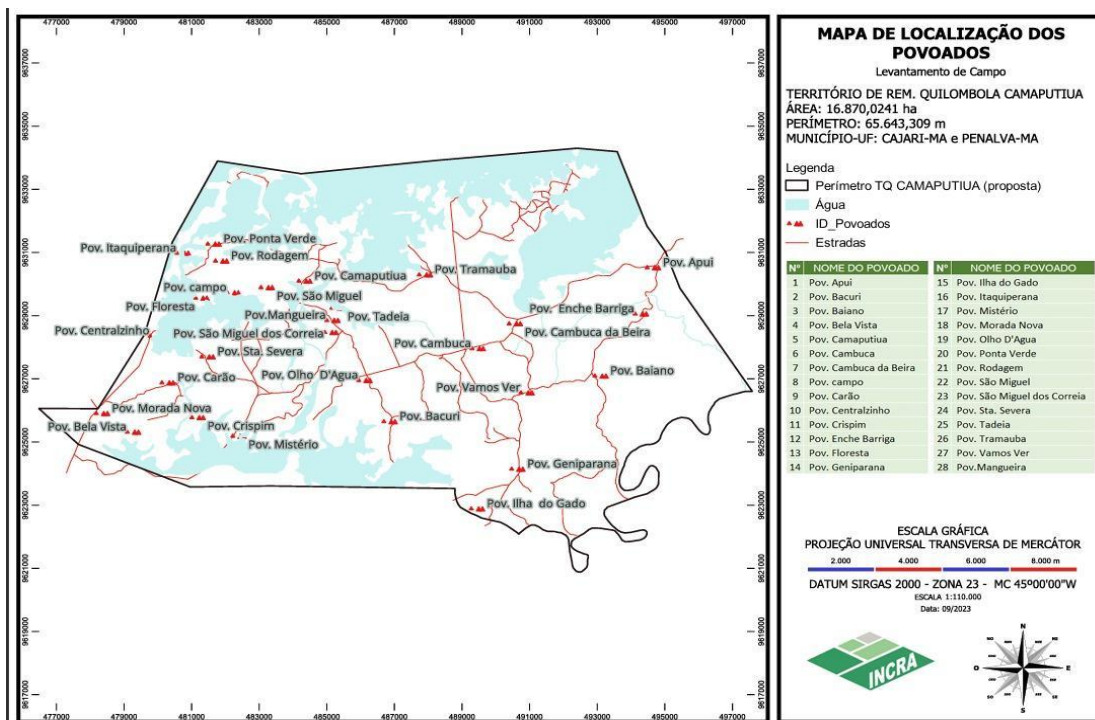
DATA	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES
25/04/2024	Reunião de apresentação do projeto e mobilização comunitária
18/05/2024	Oficina 1 - Quem somos nós?
15/06/2024	Oficina 2 - Meio ambiente
16/06/2024	Oficina 3 – Cartografia Social do território
07/07/2024	Oficina 4 - Quais são os nossos direitos?
18/08/2024	Oficina 5 - Como queremos ser consultados?
27/10/2024	Assembleia de aprovação do texto-base do protocolo

Fonte: Autoria própria (2025)

RESISTÊNCIA NO MARANHÃO PROFUNDO: vivências e saberes ancestrais

O território de Camaputiua está localizado na zona rural do município de Cajari, a 217 km da capital, São Luís, na área de proteção ambiental da Baixada Maranhense, no estado do Maranhão. Teve sua certificação como remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares, através do processo nº 01420.002299/2005-71 e portaria nº 38838, de 24 de março de 2006, e segue em busca de titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O território é composto por 28 comunidades, dentre as quais foram atendidas 10 no Protocolo de Consulta Prévia: Alegre, Alegre 2, Cavaleiro, Santa Severa, Tucum, São Miguel, São Miguel dos Corrêas, Olho D'Água, Baixinho e Ilha de Camaputiua. O território é composto por diversos biomas, cercado por campos alagados e rios, por estradas de terra que, durante o inverno, isolam algumas comunidades das demais, pois o acesso fica comprometido pelas chuvas. Conhecer todos os 28 territórios torna-se desafiador, e o mapa abaixo fornece uma compreensão da extensão territorial e da complexidade em trafegar entre as comunidades do referido quilombo:

Figura 1: Mapa da extensão territorial de Camaputua



Fonte: INCRA (2018)

O termo quilombo transformou-se ao longo do tempo, seu significado inicial continha definições estigmatizadas que restringiam o aquilombamento aos negros fugidos, simplificando e homogeneizando as ações dos quilombos históricos no Brasil. Com efeito, a Constituição de 1988 trouxe mudanças de significado do termo no Brasil e o ativismo negro provocou esse processo de ressemantização. Como demonstra o texto do IPHAN,

Utiliza-se, para tanto, a conceituação de quilombos do período colonial, segundo a qual quilombo era definido como “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Tal definição teria sido formulada pelo Conselho Ultramarino em 1740 como resposta ao rei de Portugal e vinha sendo reproduzida pelos estudiosos e pelos operadores do direito sem nenhuma atualização, até a ressemantização do termo a partir da perspectiva antropológica da teoria da etnicidade, instigada pelos movimentos surgidos no bojo das inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 (IPHAN, 2016).

É imprescindível visitar a historiografia do passado para dimensionar a longevidade atuante dos quilombos, símbolo de resistência do passado e do presente na luta contra o racismo. No regime escravista, havia a dicotomia populacional, de um lado a liberdade embranquecida e, do outro, o escravo empretecido e indígena (os não brancos), que eram sujeitos ativos na luta pela liberdade, transformando os espaços de resistência em uma sociedade distinta.

Como afirma o historiador e sociólogo Clóvis Moura, na resistência, passava-se da condição de escravizado para a de quilombola, como evidencia o texto abaixo:

Historicamente o quilombo aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais do escravo em todas as partes em que a sociedade latifundiário-escravista se manifestou. Era a sua contrapartida de negação. Isto se verificava à medida em que o escravo passava de negro fugido a quilombola (Moura, 2001, p. 105).

Os estudos mais críticos já apontam que, à época da escravidão, os quilombos englobavam negros, indígenas e mestiços, sendo ações organizadas e estratégicas que visibilizavam lutas e saberes de grupos sociais que também construíram o Brasil. Essa luta pela liberdade de existir é um traço permanente nas comunidades quilombolas e segue sendo um símbolo de resistência numa sociedade racista, onde o povo negro normalmente não é protagonista.

Outra importante voz que se empenhou para que os estudos sobre o negro não ficassem preso à escravidão foi Beatriz Nascimento, que também explanou sobre a importância dos quilombos. No prefácio do livro *Eu sou Atlântica*, Alex Ratts (2006) discorre como os estudos de Beatriz foram importantes para apresentar o quilombo como um movimento vivo, que ocupa espaços diversificados, não se restringindo apenas ao campo. Na cidade, as periferias que são compostas majoritariamente por negros, exalam a cultura afro-brasileira, como descreve esse trecho:

Historiadora, libertou a negritude do aprisionamento acadêmico ao passado escravista, atualizando signos e construindo novos conceitos e abordagens. Assim é a noção de quilombos urbanos, conceito com o qual ela ressignifica o território/favela como espaço de continuidade de uma experiência histórica que sobrepõe à escravidão à marginalização social, segregação e resistência dos negros no Brasil (Ratts, 2006, p.11).

Em Camaputiua, criam-se laços de solidariedade e reciprocidade que compõem o aquilombar-se, ou seja, o processo de centralizar a coletividade entre os membros de uma comunidade para conviver, viver e, sobretudo, resistir em circunstâncias de marginalização. Apresentamos os elementos que compõem a territorialidade de Camaputiua e sua diversidade identitária, as práticas e modos de vida ligados à biodiversidade regional e o universo sociocultural ancestral do quilombo. Os aspectos de sua ancestralidade perpassam a oralidade, a alimentação, os costumes do cotidiano e incluem práticas religiosas, que vão desde os festejos durante a época da colheita, da pesca, e englobam também os momentos de confraternização. São ocasiões em que a comunidade celebra sua história, identidade e resistência, bem como ensina e insere as novas gerações nas diferentes formas de ser quilombola. Situada no Maranhão profundo, ou seja, na região que se distingue da cidade quanto à forma de sobrevivência e seu relacionamento com a natureza e entre os sujeitos humanos, Camaputiua é um espaço cultural cujas raízes são indígenas e afro-brasileiras.

Como já ressaltado, ao considerarmos o quilombo como organismo vivo, não existem quilombos apenas no meio rural. Existem quilombos urbanos que trazem em seu cerne também a valorização da cultura negra, tornando-se um centro cultural e político, a exemplo do quilombo da Liberdade, em São Luís, o maior quilombo urbano da América Latina. No entanto, imersas na experiência em Camaputiua, percebemos que a vida desses quilombolas, diferentemente dos centros urbanos, tem intrínseca relação com o mundo natural, com o trabalho e as práticas sociais e culturais que se ligam ao meio ambiental.

A territorialidade de Camaputiua representa um Maranhão profundo, afastado do centro urbano, que, em grande parte, cultiva a individualidade herdada do capitalismo. É certo que não podemos homogeneizar os centros urbanos e descaracterizar os quilombos que nele existem, bem como as outras experiências de coletividade que são exercidas pelas populações à margem da sociedade, nas periferias, e nos movimentos sociais que englobam a luta antirracista e a preservação do meio ambiente. Todavia, ainda prevalece a ideia de desenvolvimento enraizada no capital, com construções desenfreadas de empreendimentos que desmatam a natureza visando apenas interesses financeiros. Essa perspectiva, que não é totalitária, mas ainda dominante, nos leva a questionar este modelo vigente de desenvolvimento, que descarta a coletividade e os princípios de solidariedade, percebidos nas dinâmicas socioculturais dos territórios quilombolas.

A Baixada Maranhense, onde se localiza Camaputiua, é uma microrregião cercada por campos alagados, que se formam durante o período das chuvas, entre janeiro e junho, e, no período do verão, dão espaço a estradas de terras, um fenômeno do bioma desta localidade chamado de “Pantanal Maranhense”. O território é amplo e de difícil acesso para algumas comunidades, que se deslocam usando canoas, motos, carros e a pé, a depender do período de seca ou de chuvas.

Figuras 2 e 3: Campos secos e alagados na região



Fonte: Autoria própria (2024)

Um dos canoeiros da região, Ednaldo Padilha, conhecido como Cabeça, é agente social importante na comunidade e muito conhecedor da história local, sendo também influente na luta pela titulação do território e perpetuação dos saberes ancestrais. Algo muito comum na região é ouvir as narrativas míticas de Camaputiua, os “encantados”, como a comunidade define. Ao trafegar de canoa, é possível conhecer a história do jacaré, que aparece apenas para quem ele quer comunicar algo importante, a voz da Mãe D’Água, que guia os canoeiros, passando pelas estradas de terra que surgem em meio às matas fechadas, a casa do Curupira e de outros personagens que integram à memória oral passada de geração em geração. Durante uma das idas à campo, realizadas pela equipe do Protocolo de Consulta Prévia (UFMA/MDHC), Cabeça foi descrevendo cada um desses espaços de encantamentos na região.

Essa experiência celebra o que o escritor malinês Hampaté Bâ (2010, p. 168) apresenta ao ressaltar o pilar ancestral da palavra e a ligação dela com o homem em África: “A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra”. Sem dúvida, a oralidade é

um organismo vivo e fundamental em terras de Camaputiua, onde a ancestralidade africana é evidente. Na comunidade Santa Severa, há ruínas de um antigo engenho, um elo entre o passado e o presente, fato que os moradores mostram com orgulho destacando as evidências do trabalho de seus antepassados escravizados, que lutaram para que hoje seus descendentes sejam livres.

O território de Camaputiua é cercado pela natureza e os modos de vida de seus moradores estão ligados à biodiversidade regional, sendo o extrativismo de babaçu uma prática comum, que valoriza e preserva o meio ambiente, uma vez que o consumo dos subprodutos da palmeira de babaçu é sustentável, visando à reprodução social e humana que ultrapassa as lógicas capitalistas do grande mercado. Os saberes ligados às principais atividades econômicas são ensinados desde cedo, o que proporciona uma consciência observada desde a infância, traço comum em todas as 10 comunidades visitadas.

Figura 4: Produção de farinha no povoado Baixinho



Fonte: Autoria própria (2024)

A pesca, agricultura, colheita e quebra do babaçu; a plantação de mandioca cultivada para fabricação de farinha; criação de animais de pequeno porte, como porco, galinha ou pato, são as principais formas de reprodução econômica que englobam todos os 28 povoados do território.

Na economia das comunidades, o babaçu assume grande destaque e há uma cooperativa para o seu processamento na Ilha de Camaputiua, existindo um vínculo entre mulheres do território e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), fundado no final da década de 1980 e início dos anos 1990, no Maranhão e em mais três estados brasileiros - Pará, Piauí e Tocantins (Barbosa, 2019). O movimento tem caráter associativo, não tem fins econômicos e é coordenado e dirigido por uma comissão de mulheres quebradeiras de coco, eleitas em Assembleia Geral Ordinária realizada a cada quatro anos. A principal missão do movimento tem sido “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecer e defender seus direitos, promover sua identidade, autonomia política e econômica, lutar por terra, territórios coletivos e babaçu livre construindo o bem viver”. A organização também luta pelo direito à terra, pela agroecologia e por uma economia que valorize o trabalho da mulher (MIQCB, 2023).

Figura 5: Quebradeiras de coco babaçu em atividade



Fonte: Autoria própria (2024)

A relação das quebradeiras de coco babaçu com as palmeiras de babaçu e a extração do coco encontra-se num marco cultural e social constituído na ancestralidade e no reconhecimento de uma identidade própria. O MIQCB tem uma participação importante na comunidade, pois foi uma ferramenta para o processo de valorização do trabalho das quebradeiras de coco na região e para a comercialização dos seus produtos, já que a cooperativa do território está ligada ao movimento. Além de algumas famílias fazerem parte deste movimento social, os quilombolas compõem diferentes formas de associação, coletivos e organizações sociais como: a Associação Comunitária de Camaputiua, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cajari, a Colônia de Pescadores, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Essas diferentes formas de organização social apontam para um grande engajamento e organização comunitária dos moradores do território.

O MIQCB é um movimento de resistência, que luta pelo direito de acesso aos recursos naturais e ao território, aos quais muitas delas disputavam o acesso e o direito de usufruir nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (Barbosa, 2019). Em Camaputiua, como em outras regiões do Maranhão, as ameaças ainda constituem realidade para os trabalhadores agroextrativistas, mas, apesar da derrubada e cercamento de muitas palmeiras pelos fazendeiros, a resistência materializada nessa prática tradicional constitui um dos pilares socioculturais e econômicos do estado e dos quilombos maranhenses.

GRITO DECOLONIAL: necessidades da população quilombola desde suas narrativas

O pensamento eurocêntrico colonizador, entranhado na sociedade brasileira pelo racismo estrutural, leva à tendência de se enxergar os povos tradicionais e originários, indígenas e/ou quilombolas, como ultrapassados ou necessitados de desenvolvimento. As elites brasileiras, em muitos momentos, perpetuaram-se ideologicamente como “salvadoras” e, desde o discurso do “descobrimento” das Américas e do Brasil, predominou a ideologia do “fardo do homem branco para a civilização” (Arendt, 2012; Hernandez, 2008), o que historicamente deixou um legado imaginário e concreto de negação aos povos e comunidades tradicionais.

Em Camaputiua, há um forte senso de identidade conectada à África. Os moradores fazem referência ao fato de descenderem de escravizados africanos trazidos forçadamente para o Brasil. Também reconhecem que ainda pesam vários estigmas sobre os quilombolas, como de

revoltosos, baderneiros, insurgentes, que deveriam colocar-se em seu “devido lugar de escravo”, o que conecta o fenômeno da escravização e o peso dela com a realidade histórica atual. Apesar das adversidades, os quilombolas seguem se movimentando além dos quilombos; muitos saem para buscar formação profissional e retornam para suas comunidades compartilhando novos saberes para o fortalecimento da luta política.

Reconhecendo que ninguém melhor do que os próprios quilombolas para descreverem suas fortalezas e fragilidades, as oportunidades e ameaças que vivenciam, foram ofertadas oficinas no povoado Ilha de Camaputuia. Nesse processo, dentre as atividades ministradas pelos pesquisadores, foi aplicada a análise SWOT/FOFA. Iniciamos pelos pontos fortes destacados pelos moradores: união da comunidade para enfrentar os problemas; resistência e coragem para lutar; organização das comunidades; possibilidade de comunicação com todos os núcleos; produção significativa de arroz agroecológico; e apoio mútuo entre as famílias da comunidade. Como fraquezas, os quilombolas elencaram: dificuldade de comunicação entre as comunidades, algumas ficam em regiões de mata fechada com difícil acesso; divisões internas entre as lideranças; comunidades que são coagidas a não participarem das mobilizações; terras produtivas têm sido apropriadas por fazendeiros; gado bubalino está prejudicando a produção de arroz e a coleta do babaçu; algumas escolas das comunidades não têm infraestrutura; o planejamento escolar não considera as realidades de deslocamento à escola no inverno, quando os campos alagados dificultam o acesso; deficiências da educação *in loco* impedem e/ou dificultam o acesso à universidade.

As ameaças ressaltadas foram: medo de retaliações por parte dos fazendeiros devido à participação em reuniões; os cercamentos dentro dos igarapés e em algumas regiões com palmeiras; a derrubada criminosa de juçaraís, buritizais e palmeiras de babaçu; derrubadas da vegetação para plantio de capim para a criação bubalina; privatização das terras e aumento da fome nas comunidades.

Os cercamentos é apresentado como um dos principais aspectos de confronto entre fazendeiros e moradores, pois trazem riscos à vida dos moradores locais, especialmente no período chuvoso, já que as estacas que seguram as cercas elétricas são fincadas nos igarapés, dificultando o tráfego das canoas e a pesqueira. O relato de Ednaldo (Cabeça) elucida o problema:

A questão das cercas é como a gente pode perceber que em nossas visitas, a gente já passou a ser vítima. No entanto no verão tem o crime já do meio ambiente, a grande tirada de estacas que devasta muito os araribais das áreas de mananciais da beira dos rios e também a questão da privatização que o campo como é um campo público, na verdade ele não é público, ele fica privatizado, fica para poucos e muitos ficam sem ter acesso a esse campo que seria para todos, seria de uso comum e até o impedimento da retirada do sustento da família, do pescado, até mesmo de botar suas pequenas lavouras nos campos e também seus pequenos animais, suas pequenas criações, como pato, porco (Padilha et al., 2016, p. 82).

A crescente criação de búfalos que invadem plantações causando prejuízo aos quilombolas é outro ponto de conflito na região. Já houve, além de ameaças verbais, agressões físicas entre

quilombolas e fazendeiros. Os moradores da região afirmam a importância de sua atuação no cuidado da natureza ao mantê-la viva, onde toda a sociedade se beneficia direta ou indiretamente, enquanto os empresários olham para a terra apenas visando o lucro, por isso, a criação de bubalinos coloca em risco esse cuidado, pois é realizada dentro das produções agrícolas da comunidade. Os quilombolas acreditam que o intuito dos fazendeiros é desestabilizá-los financeiramente e coletivamente, incitando conflitos internos. Cabeça afirma: “Hoje quem tá salvando o país ainda é a resistência dos quilombolas e dos indígenas. É resistência mesmo. Não tá lá porque é bonzinho, mas porque dá a vida por aquilo” (Padilha, 2016, s/p).

Os quilombolas de Camaputiua destacam que demandam apenas políticas públicas que promovam os seus direitos enquanto cidadãos; querem ser respeitados e valorizados enquanto povos tradicionais dotados de conhecimentos e saberes que atravessaram o Atlântico e encontraram morada em solo brasileiro.

Essas informações emergiram no local onde ocorreram as assembleias e oficinas realizadas com as comunidades - a Associação de Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua, que fica localizada na comunidade do mesmo nome, Ilha de Camaputiua. Ela já é um ponto de encontro que conecta todas as 28 comunidades quando há reuniões entre as lideranças e diversas outras ações que precisem dessa base de apoio. Para registrar a participação das comunidades e a importância dessa associação, segue imagem abaixo.

Figura 6: Moradores em frente à AMQRIC



Fonte: Autoria própria (2024)

Considerações finais

Mediante as reflexões apresentadas neste texto, percebemos que aquilombar-se não é um fenômeno apenas do passado, mas segue vigente em milhares de comunidades pelo Brasil afora, a exemplo dos 28 povoados que diversamente constroem a territorialidade de

Camaputiua. O ato de resistir tornou-se um pilar fundamental para salientar a força entre os submetidos à diáspora africana e à sociedade escravista brasileira. Para o enfrentamento desses contextos e da atual conjuntura hierárquica e desigual, as resistências se deram/dão de diversas formas, dentre elas, por meio da formação de comunidades ou de espaços onde a autonomia e a coletividade são concebidas como fundamento das relações sociais.

Camaputiua é uma região extensa e diversa em cultura e resistência refletida desde as formas de reprodução econômica, ancoradas na agricultura, pesca e extrativismo do babaçu, com destaque para as mulheres quebradeiras de coco, e evidenciada nas vivências e saberes ancestrais, que marcam a etnicidade dos quilombolas da região, que seguem formulando suas narrativas, apesar do racismo e epistemicídio vigentes na história do país.

Os quilombolas são agentes indispensáveis na sociedade atual, além de cultivar laços ancestrais alicerçados nas vivências e nos enfrentamentos que os ameaçam, são pilares na manutenção da preservação ambiental e na proposição de um outro modelo de sociedade, que resiste ao capitalismo, ao racismo e a outras formas de desigualdades sociais. A construção coletiva do protocolo de consulta prévia, através das oficinas e visitas técnicas realizadas em 10 comunidades de Camaputiua, evidenciaram situações que ocorrem há décadas, contra as quais os quilombolas têm lutado bravamente, inclusive colocando em risco suas próprias vidas: a grilagem e invasão de terra; casos de violência extrema contra os moradores; devastação ambiental; tentativas de proibição da coleta de babaçu; problemas advindos da criação de gado bubalino nos campos; negligência na oferta de educação pública nas comunidades do território quilombola pelas prefeituras de Penalva e Cajari, que não levam em consideração a premissa de calendário escolar adaptado ao período de cheias e secas; e a inconclusão da titulação do território no INCRA, que está em processo desde 2018.

Para as comunidades, o projeto de elaboração do protocolo tem a importância central de fazê-los serem ouvidos. Foi expresso e reiterado pelos quilombolas que não aceitam que suas vozes sejam silenciadas ou suas necessidades sejam ignoradas. Portanto, não toleram nenhuma forma de desrespeito ou de situações que os prejudiquem, coletiva ou individualmente. Com relação à economia dos territórios, é baseada na agricultura familiar, na rizicultura, na criação de gado bovino e bubalino, nas pequenas criações, na pesca e na coleta e processamento do coco babaçu. Importante destacar que a composição de renda de algumas famílias quilombolas contém a aposentadoria viabilizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o seguro defeso dos pescadores, que implica no recebimento de um salário mínimo durante o período em que a pesca é proibida por lei, visando a preservação das espécies, além da participação no programa de renda mínima do Governo Federal (Bolsa Família).

As universidades estudam os povos tradicionais, mantendo, em sua maioria, um distanciamento prático desses grupos. Termos podido participar do projeto de elaboração do protocolo de Camaputiua e poder conhecer as comunidades e ouvi-las é fazer as letras que regem as teorias ganharem vida. Foi uma experiência única compreender que a força vital para que esse território continue existindo e resistindo consiste na convivência com os mais velhos, na valorização dos conhecimentos tradicionais, e na união para encarar os desafios constantes, pilares que foram importantes no passado e seguem essenciais no presente. Por isso, entendemos que ter um protocolo construído coletivamente pelas comunidades, atuando,

discutindo, propondo e decidindo juntos, auxilia significativamente no fortalecimento do território e, conseqüentemente, no fortalecimento da identidade quilombola. Não há identidade sem o respeito aos costumes, tradições e cultura.

Dessa maneira, é imperativo conhecer os quilombos, a cultura e história da população negra no Brasil, nos vários níveis educacionais e em outras esferas potencialmente educativas da sociedade (museus, feiras, praças, associações, bairros populares, etc.). Uma perspectiva descolonizadora precisa se fazer presente nesses vários espaços, a fim de suscitar novas percepções sobre as identidades e diversidades étnicas que compõem o nosso país, reconhecendo aos quilombolas o seu protagonismo no passado, no presente e num futuro mais justo que se busca construir.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: CIA das Letras, 2012.

BÂ, Hampaté. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África, vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Curitiba/São Luís: Editora CRV/ EDUFMA, 2019.

CAJARI-Quilombo Camaputiua. ipatrimônio, 2024. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/cajari-quilombo-camaputiua/#!/map=38329&loc=-.3160724776308297,-45.02020506813139,17>. Acesso em: 30 set. 2024.

HERNANDEZ, Leila Maria. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Processos Abertos**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos.pdf/view. Acesso em: 01 out. 2024.

MIQCB. **Carta Política do IX Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. Augustinópolis, 2023. Disponível em: miqcb.org.br. Acesso em: 05 nov. 2023.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

PADILHA, Ednaldo et al. (Org). **Resistência e fé**: narrativas de um quilombola. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SEREJO, Danilo. **A Convenção nº 167 da OIT e a questão quilombola: elementos para o debate**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2022.

VAZ, Beatriz Accioly. Quilombos. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.